

## A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: um estudo através da perspectiva foucaultiana

*Professional and Technological Education in Brazil: a study through the foucaultian perspective*

Recebido: 10/04/2020 | Revisado:  
28/09/2020 | Aceito: 26/12/2020 |  
Publicado: 11/03/2021

Lucas Labigalini Fuini

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0514-8429>

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de São Paulo (IFSP)  
E-mail: [lucasfuini@yahoo.com.br](mailto:lucasfuini@yahoo.com.br)

### Como citar:

FUINI, L. L.; A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: um estudo através da perspectiva foucaultiana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. e9882, mar. 2021.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

Este artigo tem por objetivo estabelecer uma aproximação analítica de algumas das categorias e conceitos presentes na obra de Michel Foucault com a historicidade e institucionalidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, sobretudo no que tange ao seu interesse pelas instituições de controle e a relação poder-saber construídas a partir do período moderno (séculos XVII-XIX). A metodologia deste estudo se apoia na pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e na análise de significado dos discursos presentes na obra do autor, sobretudo nos estudos sobre as instituições de controle social. Pretendemos, desse modo, utilizar do repertório foucaultiano para esclarecer, do ponto de vista epistêmico, o sentido educativo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como instituições sociais inseridas no bojo da sociedade moderna burocrática pautada em dispositivos disciplinares, ao mesmo tempo em que se consolida a ideia de uma aparente liberdade individual condizente com uma sociedade de segurança contemporânea com controles pulverizados e difundidos no nível da biopolítica.

**Palavras-chave:** Rede federal; Genealogia do poder; Disciplina; Governamentalidade; Ensino médio integrado;

### Abstract

This article aims to establish an analytical approach of the categories and concepts present in Michel Foucault's work with the historicity and institutionality of the Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil in Brazil, especially with regard to his interest in control institutions and the power-knowledge relationship built from the modern period (17th-19th centuries). The methodology of this study is based on bibliographic research of a qualitative nature and on the analysis of the meaning of the speeches present in the author's work, especially in studies on institutions of social control. In this way, we intend to use the Foucaultian repertoire to clarify, from an epistemic point of view, the educational meaning of the Federal Institutes of Education, Science and Technology as social institutions inserted in the midst of modern bureaucratic society based on disciplinary devices, at the same time that the idea of an apparent individual freedom is consolidated, consistent with a contemporary security society with dispersed and widespread controls at the level of biopolitics.

**Keywords:** Rede Network; Genealogy of power; Subject; Governmentality; Integrated high school.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa compreender o caráter institucional e educativo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil através dos aportes teórico-filosóficos presente na obra de Michel Foucault (1926-1984), com especial atenção a seus estudos sobre a transição de uma sociedade de controle disciplinar para uma sociedade de segurança, em que se sofisticaram os elementos da biopolítica.

Nosso objeto de estudo, a Rede federal, é constituída na atualidade por 647 unidades espalhadas por todos os estados do território brasileiro, com mais de 1 milhão e 820 mil estudantes inscritos em seus cursos, tendo mais de 45.480 docentes e 35.370 profissionais técnico-administrativos e educacionais. De 145 unidades em 2002, chegou a 644 unidades em 2016, sendo 422 unidades novas. Segundo Silva (2014), a expansão e interiorização dos Institutos Federais (IF), a partir de 2007/2008, apoiadas no programa REUNI (Decreto n. 6096, de abril de 2007), constitui-se em uma das principais políticas territoriais de desenvolvimento do país nos últimos anos, considerando a velocidade da expansão, montante de investimentos, o impacto para o desenvolvimento local e regional e a redução das desigualdades socioespaciais.

Desse modo, a justificativa para este estudo decorre da necessidade de se compreender melhor o sentido educativo, político e ético das instituições federais que oferecem Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, além de aproximar essa base empírica e factual da literatura com a perspectiva de análise foucaultiana sobre a sociedade e os mecanismos de poder e saber. Para Foucault, poder só existe em ação e se expressa como uma relação de força. No entanto, o poder não pode ser tomado como fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um grupo/classe sobre outro, mas deve ser analisado como algo que circula e só funciona em cadeia e em rede. Em suma, o poder não se aplica aos indivíduos, mas passa por eles e pelas instituições em que atuam. Desse modo, em relação à sua eficácia, “o poder para exercer-se nos mecanismos sociais é obrigado a formar, organizar e fazer circular aparelhos de saber que são construções ideológicas (como a própria escola e seus saberes oficiais).” (FOUCAULT, 2014, p. 45 ).

A hipótese desse estudo é que a Rede Federal Educação Profissional Científica e Tecnológica, desde sua origem, em 1909, vai assumindo as perspectivas que Foucault descreve como de uma sociedade disciplinar que vai se redesenhando em uma sociedade de controle e de segurança, em que a governamentalidade estatal é entrecruzada por elementos de uma lógica neoliberal de governar (governamentalidade), fortalecendo os princípios biopolíticos de controle sobre a população, a vida e espécie humana, em um processo de regulamentação e normalização da sociedade. Em termos educativos, essa transição, leva ao questionamento do poder-saber disciplinar e biopolítico - pautado em um modelo de escola de vigilância/classificatório ou de regulamentação/massificação -, abrindo também espaço para práticas de cuidar-se e cultivar-se (FOUCAULT, 2004; GALLO, 2017), perspectiva vinculada à ideia de formação humana integral e escola unitária

(MOURA, 2013; CIAVATTA, 2014), presentes no Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (SETEC, 2004).

## 2 METODOLOGIA

Como elemento argumentativo de método, que nos conduzirá à análise crítica, seguiremos a perspectiva hermenêutica, base do pensamento crítico social, e nela nos apoiaremos na linha de análise da genealogia do poder de Michel Foucault, que diz respeito às suas obras dedicadas ao estudo das formas de exercício do poder, ou seja, para analisar o saber em termos de estratégia e táticas de poder.

Essa pesquisa pode ser reconhecida como de análise qualitativa, no âmbito da exegese do pensamento de um autor tendo em vista um objeto de estudo empírico. Envolve, fundamentalmente, pesquisa bibliográfica e documental, com problematização do objeto de estudo e categorização dos resultados da análise dos textos filosóficos, históricos, educacionais e legais (MINAYO, 2012).

Nesse sentido, esse esforço para entender as relações de poder como saberes imbricados no âmbito das lutas sociais na história, a luz da influência de Nietzsche (1844-1900), revela três regras básicas para o estudo genealógico dos discursos sobre/do poder: o princípio da descontinuidade, o princípio da especificidade e o princípio da exterioridade. Trata-se, antes de tudo, de uma linha crítica, onto-histórica e antropológica (CASTRO, 2016).

Posto isso, buscaremos analisar o processo de constituição e expansão dessa rede de institutos/escolas tecnológicas federais como um movimento histórico vinculado à formação do Estado e ao modelo de desenvolvimento brasileiro (RAMOS, 2014). Desse modo, faremos uma análise subdividida em três partes: a primeira trata da historicidade da Rede Federal, desde suas origens, pensando nos mecanismos de controle; a segunda analisa sua institucionalidade e vocação, pensando-se nos princípios da governamentalidade; e a terceira, trata da identidade, pensando nos princípios éticos da educação.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 3.1 FOUCAULT E A EDUCAÇÃO: BREVE SÍNTESE

Na obra foucaultiana, para efeito do que se coloca mais em contato com o tema deste artigo, destacam-se três categorias amplas: os saberes, os poderes e o formatação política das sociedades, a governamentalidade (na transição do sistema disciplinar para o sistema biopolítico). O saber, segundo Revel (2005), está ligado essencialmente à questão do poder, à medida em que, a partir da Idade Clássica (da Idade Média ao século XIX), por meio do discurso da racionalidade, vai se efetuar uma

ordenação do mundo e dos indivíduos por uma forma de governo (Estado) e por procedimentos disciplinares.

Já o poder, segundo Foucault (REVEL, 2005), não se revela em uma entidade unitária e estável, mas se trata de relações de poder que supõem condições históricas de emergência complexas e com efeitos múltiplos que estão para além da concepção tradicional. Considerando que o poder se dá em uma relação onde é exercido ('uns sobre outros'), é necessário buscar na genealogia do poder os caracteres subjetivos do poder, a emergência histórica de seus modos de aplicação, os instrumentos que ele se dá, os campos de intervenção, nas redes que ele desenha e os efeitos que ele implica numa época dada. Nesse sentido, ainda segundo Revel (2005) aponta, a análise do poder de Foucault (sua filosofia analítica do poder, segundo Castro, 2016) exige identificar alguns fatores: o sistema de diferenciações (riqueza, línguas); os objetivos da ação sobre a ação dos outros; os instrumentais de poder; as formas de institucionalização; e o grau de racionalização e os indicadores de eficácia. No entanto, a relação entre poder e saber é muito próxima e convergente.

A articulação poder/saber(es) será, portanto, dupla: "poder de extrair dos indivíduos um saber, e de extrair um saber sobre esses indivíduos submetidos ao olhar e já controlados". Tratar-se-a, por consequência, de analisar não somente a maneira pela qual os indivíduos tornam-se sujeitos de governo e objetos de conhecimento, mas também a maneira pela qual se acaba por exigir que os sujeitos produzam um discurso sobre si mesmos - sobre sua existência, sobre seu trabalho, sobre seus afetos, sobre sua sexualidade etc. - a fim de fazer da própria vida, tornada objeto de múltiplos saberes, o campo de aplicação de um biopoder (REVEL, 2005 p. 78).

A disciplina (ou disciplinas) é a categoria que almagama o saber e o poder, uma vez que está na ordem do saber, como forma discursiva de controle da produção de novos discursos, e poder, porque se trata de um conjunto de técnicas nas quais os sistemas de poder têm objetivo e resultado (CASTRO, 2016). Segundo Revel (2005), seria o modelo de aplicação de poder que aparece entre o final do século XVIII e início do XIX, o regime disciplinar, que se caracteriza por um certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento do indivíduos que atingem seus corpos, gestos e atitudes (técnicas de individualização do poder)<sup>1</sup>.

Já a sociedade biopolítica designa a forma como o poder se transformou a partir do século XIX (ainda que muitos dos instrumentos disciplinares coexistam com esse formato societário), com o sentido de governar não somente os indivíduos, por meio de procedimentos disciplinares, mas o conjunto da população por meio dos biopoderes locais (gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da

---

<sup>1</sup> Castro (2016) interpreta a proposta de Foucault para a ação do disciplinar do Estado em torno do conhecimento através de quatro operações: Eliminação e desqualificação dos saberes inúteis; Normalização dos saberes; Classificação hierárquica; e Centralização piramidal.

natalidade etc.), na medida em que elas se tornaram preocupações políticas. A sociedade e poder biopolítico (biopoder) estão muito vinculados à racionalidade política e econômica liberal, ao contexto da governamentalidade liberal.

Por governamentalidade define-se o objeto de estudo das maneiras de governar (artes de governo), podendo ser compreendida por suas linhas interpretativas: a) conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões que permitem o exercício do poder cujo cerne é a população; b) tipo de poder que é o governo sobre todos os outros; c) resultado do processo iniciado na Idade Média que de um Estado de justiça vai-se para um Estado administrativo e deste para um Estado governamentalizado (CASTRO, 2016). Além das formas de racionalidade e procedimentos técnicos e instrumentais de poder, a governamentalidade inclui as técnicas de dominação sobre os outros e as técnicas de si. As “tecnologias governamentais concernem, portanto, também ao governo da educação e da transformação dos indivíduos, àquele das relações familiares e àquele das instituições” (REVEL, 2005, p. 55).

A obra de Foucault, segundo Castro (2016), ainda que interesse também aos que se ocupam da educação, não traz nenhum texto voltado especificamente à esta questão. No entanto, seus estudos sobre as sociedades disciplinares e os mecanismos de controle e poder vinculados às instituições modernas, com a escola, foram reconhecidos como elementos explicativos importantes para tratar dos sistemas de educação. O enfoque central possível da perspectiva foucaultiana para a educação é a disciplina.

Através de sua obra “*Vigiar e Punir*”, é possível perceber a relação entre organização da educação ocidental e o processo de reorganização do poder moderno que se dá na transição da monarquia para o absolutismo. Segundo o autor, na obra “*A Ordem do Discurso*”, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, como os saberes e os poderes que eles compartilham” (CASTRO, 2016, p. 134)<sup>2</sup>.

### 3.2 A REDE FEDERAL E A SOCIEDADE DISCIPLINAR: A HISTORICIDADE

A educação profissionalizante no país, segundo Ramos (2014), está diretamente vinculada ao processo de industrialização e constituição de uma burguesia brasileira, em um modelo de capitalismo dependente, sobretudo com a transição do país para o capitalismo financeiro e monopolista com Getúlio Vargas

---

<sup>2</sup> A partir da Revolução Francesa, sobretudo, é instaurada uma educação estandarizada com o estabelecimento de escolas normais ou oficiais. Começa-se a se formar as crianças, desde muito cedo, conforme a popularização do modelo de educação burguesa, tal como a pedagogia militar, serviria para a formação de um homem disciplinado. A educação e a sexualidade ganham destaque com o processo de disciplinarização da educação e controle de corpo, a ideia de educação natural como esquema racional (CASTRO, 2016).

(1930-1945). A primeira iniciativa de oferta de educação profissional pública se deu com a escola de aprendizes artífices, criada pelo presidente Nilo Peçanha, em 1909, trazendo uma perspectiva assistencialista de amparar os pobres e humildes. Em 1910, foram instaladas 10 unidades de escolas de aprendizes e de ensino agrícola.

Nesse contexto, podemos situar o pensamento de Foucault em relação às disciplinas que se tornam formas gerais de dominação na transição do século XVIII para o XIX. Trata-se de um momento de constituição de uma fisionomia funcional ao capitalismo moderno, de uma massa informe de corpos inaptos que produz um homem-máquina disciplinado, um corpo útil e inteligível (docilidade) ao sistema. É um caminho pré-definido: do camponês formando-se o soldado, ou mesmo o operário industrial. Os processos disciplinares criam uma submissão altamente codificada (movimentos, gestos, rapidez), levando a uma política das coerções visando produzir, através da linguagem e do comportamento do corpo, economia, eficácia dos movimentos e organização interna. Trata-se de um modelo que começou nos colégios e escolas primárias e foi investindo em outras instituições, como hospitais e organizações militares (FOUCAULT, 1987). É possível afirmar que a iniciativa das escolas de aprendizes de ofícios é um exemplo de sistema e processo disciplinar presente em nosso país.

Nos anos de 1930 e 1940, com sucessivas reformas e legislações (reforma Francisco Campos, em 1931, Constituição de 1937, Lei do Ensino Secundário/Lei Capanema de 1942), o ensino secundário no Brasil passa a ser assumido pelo Governo Federal, com caráter enciclopédico, ao mesmo tempo em que se organiza o ensino industrial, criando-se uma estrutura bifronte, com duas modalidades paralelas e independentes: por um lado, havia o ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático; e de outro havia o ensino profissional para treinamento de mão de obra.

Retomando Foucault (1996), fica claro, portanto, que o aparato da disciplina, ao organizar um espaço analítico, um quadriculamento (cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar um indivíduo), também define um tipo de hierarquização e *apartheid* social, considerando que a ideia das localizações funcionais para evitar pluralidades difusas e coagulações perigosas remete, em analogia, à separação posta entre sistemas de ensino: um destinado para a elite econômica, dotada de uma formação geral e humanística (potente em capital cultural, com diz Bourdieu); e outro para a classe trabalhadora, com formação aligeirada e tecnicista. A escola, assim, aparece como simples reprodutora da divisão social do trabalho presente na sociedade de classes (FRIGOTTO, 2009).

Segundo Bourdieu (2015), o capital cultural seria uma hipótese para dar conta da desigualdade no desempenho escolar de crianças pertencentes a classes sociais diferentes, associando o sucesso escolar à distribuição de capital cultural entre classes e frações de classe. Interessada na transmissão doméstica do capital cultural, esta teoria vai além das teorias da aptidão natural e do capital humano, comportando-se o capital cultural de três modos: no estado incorporado, através de disposições do organismo (capital simbólico construído pelo trabalho de assimilação e inculcação); o estado objetivo vinculado aos bens culturais (livros, dicionários, máquinas); e o estado

institucionalizado, forma de objetivação que tem no certificado ou diploma escolar um bom exemplo<sup>3</sup>. A tese de Bourdieu é que a desigualdade estrutural da sociedade de classes capitalista se reflete no acesso aos bens culturais (o capital simbólico) entre os estudantes, sendo possível afirmar que a escola é uma instituição e meio de reprodução social se não observar esses desníveis e desvantagens. A dualidade entre os tipos de ensino e estabelecimento que atendem às classes dominantes e às classes dominadas não deixa de ser também um elemento a corroborar a teoria do capital cultural.

Essa dualidade avançou nos anos de 1960, período marcado pelo conflito entre estabelecimentos públicos e particulares de ensino. A partir daí, com a Lei nº 4.024/1961, deu-se a equivalência entre a educação profissional e o ensino médio, conferindo-se um caráter mais universal ao ensino técnico. Com um certo nacional-desenvolvimentismo continuado nos governos militares, a partir de 1965, é criado o Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra, e passa a ter prioridade a organização do ensino técnico industrial, com apoio dos Estados Unidos (programas MEC/USAID), para “formação de recursos humanos para atender aos programas de desenvolvimento de diversos setores” (MACHADO, 1989, p. 53 *apud* RAMOS, 2014, p. 30) e, com a reforma do ensino secundário de 1971 (Lei nº 5692), que tornava compulsória a profissionalização no nível do 2º. Grau.

Esse formato de controle populacional pela via da educação conjuga, portanto, os mecanismos disciplinares tradicionais (definidos pelo código legal como as práticas que são permitidas ou proibidas, a divisão binária, com domínio da vigilância, diagnóstico e transformação do indivíduo), com os mecanismos associados ao biopoder e à biopolítica, que seria inserir as características biológicas dos seres humanos nas estratégias políticas, concebendo os dispositivos de segurança que inserem as relações de poder em um cálculo de custo, associando a população a índices e taxas. Essa passa a ser a lógica das políticas públicas e dos planos educacionais, atuar em certas médias e índices, combinando o *corpus* disciplinar das escolas e suas técnicas de vigilância (com as aulas, horários e currículos), com os mecanismos de segurança do custo-benefício (FOUCAULT, 2008b [1978]). É importante lembrar que nos anos de 1970, com a perspectiva de economia planificada dos PNDs I e II dos militares, aumenta-se a dependência e o endividamento do país com bancos credores internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que cobram retornos financeiros dos empréstimos, e um dos focos da política posterior de enxugamento foram os serviços públicos.

Nos anos de 1980, com a redemocratização, surgem propostas de expansão e melhoria do ensino técnico, como o programa PROTEC no governo José Sarney. No entanto, apenas 11 unidades de escolas técnicas federais descentralizadas foram inauguradas até 1993. Uma das propostas desse período foi a de criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, com a transformação das escolas técnicas federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), proposta que

---

<sup>3</sup> “A influência do capital cultural se deixa apreender sob a forma de relação, muitas vezes constatada, entre o nível global da família e o êxito escolar da criança.” (BORDIEU, 2015, p. 46).

avançou durante os anos de 1990. Com a retomada do debate político (incluindo a formação de sindicatos nacionais, como a ANDES e o SINASEFE<sup>4</sup>) e já com a discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), escancara-se o conflito entre duas vertentes da educação tecnológica: uma pautada na formação humana, articulando o mundo do trabalho e outras dimensões (ciência, tecnologia e cultura); e outra de viés tecnicista e economicista, na ótica do capital humano. No bojo de projetos e decretos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), aparentemente a última opção é que pareceu ter prevalecido, sob a égide do neoliberalismo do Consenso de Washington<sup>5</sup>.

Retomando a análise de Foucault (2008 [1978]) sobre o liberalismo americano de fins dos anos de 1960, ou neoliberalismo, o autor afirma que este modelo é uma nova forma de governamentalidade (concepção sobre o Estado e sua função) que funda não somente um tipo de Estado, mas toda uma maneira de ser e pensar, apoiada no problema das liberdades. Desse modo, o autor esclarece sobre o liberalismo de tipo americano:

Creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas como uma espécie de reivindicação global, multiforme e ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda. E também uma espécie de foco utópico sempre reativado. E também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica (FOUCAULT, 2008a, p. 301).

Nesse método de pensamento e reivindicação ambígua, que Milton Santos (2000) denomina de psicoesfera do capitalismo globalizado, Foucault (2008a) afirma que ocupa papel central a teoria do capital humano, inserindo a análise econômica em um campo até então pouco explorado, tendo como exemplo o próprio campo da educação. Essa teoria apoia-se na perspectiva de tratar o trabalho como conduta econômica, desmembrando-se nos elementos competência e renda (FOUCAULT, 2008). Ao contrário da forma tradicional de se tratar o trabalho como fator de produção (*homo economicus*), trata-se de reforçar o caráter abstrato do trabalho, definido pelo tempo empregado (e não pela força de trabalho), de associá-lo a investimentos (um ativo). Trabalho este inserido na engrenagem da economia à título de comportamento humano e da racionalidade interna desse comportamento, medida pela lógica das competências, aptidão para se fazer alguma coisa e produzir fluxos de renda.

Nesse período (anos de 1980 e 1990), vivia-se sob o contexto do Consenso de Washington e das políticas neoliberais, diante do cenário brasileiro de crise fiscal,

---

<sup>4</sup> ANDES: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

<sup>5</sup> Medidas de ajuste macroeconômico recomendadas por órgãos sediados em Washington, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Tesouro Americano (FED), com base em estudos do economista John Williamson que traz dez recomendações para reformar e liberalizar a economia dos países, envolvendo itens como controle da inflação, taxas de câmbio, juros, tarifas comerciais, privatizações etc. A crítica a esse modelo é que ao estabelecer controles rígidos sobre o gasto público (por conta do risco de endividamento), muitos países sacrificaram oportunidades de investimento e crescimento da renda nacional (PIB) (SANTOS, 2015).

inflacionária e de credibilidade externa (RAMOS, 2014). Além disso, alguns anos antes havia sido aprovada a Constituição Federal de 1988 que garantiu a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, sendo que a educação passa a ser responsabilidade do Estado e da família. Com o Decreto nº 2.208/97, antecedido pelo Projeto de Lei nº 1.603/96, com a justificativa do alto custo e do baixo retorno do ensino técnico tradicional, propôs-se a separação da educação profissional da educação regular, com um ensino técnico com estrutura modular. Além disso, esse período ficou marcado por outras propostas e ações, como a certificação de competências, a aposta na educação profissional com programas de capacitação em massa (cursos profissionalizantes básicos), planos de descentralização e parcerias com a sociedade civil para a oferta de educação profissional com orientação privatizante.

A aprovação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (a LDB, nº 9.394/1996), ao mesmo tempo em que representou uma conquista dos setores progressistas, com a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino, o financiamento público (FUNDEF) e a possibilidade de manutenção da educação profissional integrada ao nível médio, representou também o avanço do modelo neoliberal através da institucionalização da educação privada como parte do sistema nacional de educação (inclusive podendo ser subvencionada por este), destacando o princípio do “aprender a aprender”, peça chave da pedagogia das competências.

Segundo Saviani (2013), essa pedagogia emerge nos anos de 1960, com a matriz comportamentalista e os objetivos operacionais de Benjamin Bloom (taxonomia dos objetivos educacionais). O autor comenta que:

[...] o empenho em introduzir a ‘pedagogia das competências’ nas escolas e nas empresas moveu-se pelo intento de ajustar o perfil dos indivíduos, como trabalhadores e como cidadãos, ao tipo de sociedade decorrente da reorganização do processo produtivo. Por isso nas empresas se busca substituir o conceito de qualificação pelo de competência e, nas escolas, procura-se passar do ensino centrado nas disciplinas de conhecimento para o ensino por competências referidas à situações determinadas. Em ambos os casos, o objetivo é maximizar a eficiência, isto é, tornar os indivíduos mais produtivos tanto em sua inserção no processo de trabalho como em sua incorporação na vida em sua sociedade (SAVIANI, 2013, p. 437-438).

Nesse sentido, esse modelo pedagógico lembra muito o perfil de sujeito que a governamentalidade neoliberal procurou formatar, vinculado a produtividade e a rentabilidade, tendo uma liberdade limitada e aparentemente estrita ao circuito da renda.

### 3.3 A REDE FEDERAL E SUA GOVERNAMENTALIDADE: A INSTITUCIONALIDADE

A Rede Federal foi instituída pela Lei nº 11.892, de dezembro de 2008. Assinada durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), trata-se de um marco para a rede federal de educação profissional e tecnológica e para o país com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e incorporação dos antigos CEFETs e Escolas Técnicas e Agrotécnicas. Os Institutos Federais, os IFs, são instituições de educação de nível superior, básico e profissional, pluricurriculares, multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicas com suas práticas pedagógicas (RAMOS, 2014).

Um dos diferenciais formativos dos institutos federais é a oferta do ensino médio integrado, correspondendo a 50% das vagas que um instituto pode oferecer. Essa modalidade de ensino, apesar de receber críticas e reformulações durante sua trajetória no país, foi mantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9394/1996, considerando a importância da educação tecnológica básica e os princípios científicos e tecnológicos da produção moderna, estabelecendo-se no parágrafo segundo do art. 36 que “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”.

Já o Decreto nº 5.154, de julho de 2004, especifica que a educação de nível médio será oferecida aos concluintes do ensino fundamental nas seguintes modalidades: integrada, com oferta de habilitação técnica de nível médio junto da formação geral na mesma escola; a concomitante, oferecida na mesma instituição de ensino ou em distintas instituições (que podem ser conveniadas ou não), com matrículas diferentes; e a subsequente, para aqueles que já concluíram o ensino médio. O documento complementa que, através das diretrizes curriculares nacionais para a educação técnica de nível médio, será possível ampliar a carga horária total dos cursos de forma a prover uma formação geral e as condições de preparo para o exercício de profissões técnicas.

Essa lei, em um primeiro momento, reforça o espírito de governamentalidade estatal, modelo típico de sociedades disciplinares, como caracterizado na leitura foucaultiana. No modelo disciplinar, pensa-se, simultaneamente, na organização de um espaço de individualização/compartimentalização do poder (com a criação dos institutos federais e a incorporação de outras instituições) e em uma normatização de controle de atividades, com sugestão de horários, tempos, percursos e articulação corpo-objeto, com a organização das gêneses (séries e turmas) e das forças (movimentos e atividades). Foucault (1987) nos lembra que a disciplina passa a ter que atender a um novo tipo de exigência social: a de compor forças para obter um aparelho eficiente, como os sinais de professores para alunos e os modelos de materiais didáticos e de currículos usados em sala de aula.

Nas sociedades e dispositivos de segurança, por sua vez, considera-se a justaposição dos antigos modelos de controle, pensando em atuar no conjunto da população, “procurando criar um ambiente (ou meio) em função dos acontecimentos ou séries de acontecimentos possíveis em que será necessário regularizar, em um contexto multivalente e variável”. Esses controles, por sua vez, não são mais de domínio exclusivo do Estado, mas passam a ser disputados com bancos, empresas, sociedade civil etc. (FOUCAULT, 2008b, p. 27).

É nesse contexto que estão inseridas as políticas educacionais nacionais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012), e também os conflitos inerentes à toda a institucionalização e a disciplinarização de um conjunto de práticas sociais. Seu espírito mais abrangente e não tecnicista, mantendo os itinerários formativos da educação Profissional Técnica de Nível Médio (articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante) e tendo por finalidade propiciar formação humana integral, partindo-se da ideia de

[...] trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular proporcionando ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais. (DCNEPTM, 2012, p. 2).

No entanto, segundo Ciavatta (2014), toda diretriz tem um sentido diretivo e autoritário, como um conjunto de instruções para se levar a termo em um plano. Nesse caso, essas diretrizes, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), passando pelas gestões Lula e Dilma Rousseff, foram colocadas não como sugestões, mas como orientações a serem cumpridas e implantadas nas escolas, segundo a pedagogia das competências, ficando apenas um documento alternativo com as concepções de educação politécnica e omnilateral (RAMOS, 2014).

Nesse sentido, a política pública educacional aplicada à população, em geral, assume o viés dos novos dispositivos de controle pela via da segurança e da biopolítica, já que ao mesmo tempo em que oferece liberdades e oportunidades (múltiplos itinerários formativos, formação integrada, subsequente ou concomitante), sobretudo na visão de mercado-consumo, é posta como determinação a ser seguida visando garantir a aprendizagem de certas competências para o exercício profissional (vide o próprio documento).

Surge daí uma nova governamentalidade, baseada na relação entre sociedade, economia, população, segurança e liberdade, com condutas que ora reivindicam a razão de Estado e ora a recusam, como o contraponto liberdade e segurança (FOUCAULT, 2008). Possivelmente teria sido essa uma das diferenças entre as gestões educacionais para a Rede Federal dos anos de 1990 para os anos

de 2000: a primeira refutando a razão de Estado e adotando o sentido da liberdade para os negócios da educação; e a segunda advogando pela lógica estatal e investimentos públicos na EPT e adotando o sentido de liberdade para a questão formativa e pedagógica do alunado<sup>6</sup>.

### 3.4 A REDE FEDERAL E O CUIDADO DE SI: A IDENTIDADE OU O PRINCÍPIO EDUCATIVO

A identidade dos IF está associada, segundo Moura (2013), Ramos (2014) e Frigotto (2009), a uma formação humana integral, sendo seu melhor exemplo a educação profissional de nível médio organizada no modelo de ensino médio integrado, com a oferta de uma base unitária igual para todos os alunos, ultrapassando o modelo dual que afasta a formação geral e a formação para o trabalho. Tem-se aí a ideia de trabalho como princípio educativo, concepção ancorada na abordagem socialista e marxista do fenômeno educativo. Frigotto (2009, p. 189) nos explica o conceito da seguinte forma:

Da leitura que faço do trabalho como princípio educativo em Marx, ele não está ligado diretamente a método pedagógico nem à escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de superação do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe que cindem o gênero humano.

Ramos (2014) complementa que a concepção de trabalho como princípio educativo, voltada à análise da EPT, visa orientar um projeto de educação comprometido com a formação humana, pensando a educação profissional a partir da compreensão das dinâmicas socioprodutivas modernas (e não só como preparo para um ofício), preparando as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões. Essa concepção parte, portanto, da pesquisa como princípio pedagógico, aliada a uma educação integrada que contribua para a formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e de transformar a natureza em função das necessidades coletivas.

A identidade da Rede Federal é descrita mais detalhadamente no Documento Base, elaborado em 2007, que trata da história da Educação Profissional no Brasil, apresentando uma defesa do modelo de educação profissional de nível médio integrada. Essa opção, segundo os autores do documento (SETEC, 2007), está atrelada a um projeto político-pedagógico integrado que se baseia nas seguintes

---

<sup>6</sup> Sociedade, economia, população, segurança e liberdade: são os elementos da nova governamentalidade. Aparecem também, nesse mesmo modelo, contracondutas que parecem recusar a razão de Estado (sociedade aparentemente oposta ao Estado): a verdade econômica em relação ao erro e à cegueira, o interesse de todos em oposição ao interesse particular, o valor absoluto da população como dado natural, a segurança em relação à insegurança e o perigo, a liberdade em relação à regulamentação (FOUCAULT, 2008, p. 476-478).

categorias e conceitos: Formação Humana Integral; Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura como Categorias Indissociáveis da Formação Humana; Trabalho como Princípio Educativo; Pesquisa como Princípio Educativo; Relação Parte-Totalidade na Proposta Curricular. O Documento Base (SETEC, 2007) que orienta a Lei de criação dos institutos federais assim explicita a identidade pretendida aos IFs:

a) [...] a política de ensino médio foi orientada pela construção de um projeto que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia (SETEC, 2007, p. 6).

b) [...] a opção pelo apoio a forma de oferta de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio dá-se, principalmente, pelo fato de ser a que apresenta melhores resultados pedagógicos. (SETEC, 2007, p. 4).

c) o Programa Brasil Profissionalizado visa estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, considerando a realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais (SETEC, 2007, p. 4).

Moura (2013), nesse contexto, aponta que o modelo de ensino médio integrado, como forma de oferta da EPT de nível médio, pode ser considerado um modelo de travessia na direção formativa pretendida por muitos jovens, com uma formação humana integral. Esse tipo de formação trata-se maneira indissociável os eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, na perspectiva de uma sociedade justa, com formação omnilateral (não unilateral), politécnica (não tecnicista) e integral ou unitária (que não dissocie trabalho e educação), de forma pública, igualitária e de responsabilidade do Estado. Ao constatar que a realidade está muito distante desse cenário (já que muitos jovens têm que trabalhar antes dos 18 anos e as escolas não oferecem essa educação integrada, optando pelo modelo dual e fragmentado), remetemos à análise de Foucault sobre princípios éticos que permeiam a vida dos sujeitos e nosso dever.

Posto isso, retomamos da análise foucaultiana não apenas da genealogia histórica do poder disciplinar das instituições escolares, sempre visto no sentido de exterioridade, submissão e docilidade, mas também de uma ética do cuidado de si (para os filósofos da antiguidade, o cultivo de si, cultivar-se, o conhece-te a ti mesmo socrático) e da prática da liberdade dos sujeitos. O cuidado de si, que emerge em obras como *“História da Sexualidade”* e *“Hermenêutica do Sujeito”*, reconhece a importância do cuidar-de-si e do cultivo de si através de práticas individuais consideradas saudáveis com o corpo e com a sexualidade, mas, sobretudo, na relação com os outros. O preocupar-se consigo não designa um preocupar-se só consigo, na tendência de uma sociedade de segurança neoliberal, pois cuidar dos outros implica também em cuidar de si.

Segundo Foucault (2004, p. 270), “a liberdade é em si mesmo política, uma vez que ser livre significa não ser escravo de si mesmo nem de seus apetites, o que significa estabelecer consigo mesmo uma certa relação de domínio, de controle, de arché, de poder e comando”. Foucault (2004) prossegue nesse raciocínio, afirmando que o cuidado de si é ético em si mesmo, porém envolve relações complexas com os outros, uma vez que o sentido da liberdade, seu ethos, é também uma maneira de cuidar dos outros. Nisso também reside a arte de governar.

O *êthos* também implica uma relação com os outros, já que o cuidado de si permite ocupar na cidade, na comunidade, na família, ou nas relações interindividuais o lugar conveniente seja para exercer uma magistratura ou para manter relações de amizade. Além disso, o cuidado de si implica também a relação com um outro, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade. Assim, o problema das relações com os outros está presente ao longo desse desenvolvimento do cuidado de si (FOUCAULT, 2004, p. 171).

Podemos pensar no modelo de formação humana integral e de ensino médio integrado, consorciados à EPT, como ferramentas para se trabalhar esse cuidado de si como prática da liberdade, já que nessa modalidade de ensino não estão dissociadas as diferentes dimensões formativas do humano e não se isolam os sujeitos em um individualismo competitivo descuidado da relação com os outros, coisificando o outro, como na governamentalidade biopolítica neoliberal.

Por fim, quem aproxima a reflexão da ética foucaultiana à educação é Gallo (2017), buscando no sentido da palavra ‘sujeito’ o princípio educativo humanista revelador da essência de nossa liberdade e daquilo que deve estar em todo o programa educativo, não só da EPT e dos institutos federais: a luta contra a submissão de nossa subjetividade, da subjetividade do pensamento criativo e crítico que nos faz muito mais que sujeitos, mas cidadãos plenos.

Foucault (2014a, p. 123) destaca o duplo sentido da palavra sujeito: “estar submetido a outrem, por mecanismos de controle e jogos de poder, mas também estar em relação consigo mesmo por um conhecimento de si”. Em ambos os casos, o sujeito é a marca de uma submissão. A partir desta constatação, o filósofo destaca três tipos de luta: aquelas que travamos contra os processos de dominação, como as lutas étnicas, sociais e religiosas; aquelas que travamos contra os processos de exploração, como as lutas dos trabalhadores contra a expropriação do produto de seu trabalho; e aquelas contra a submissão, isto é, contra os modos pelos quais somos subjetivados, somos constituídos como sujeitos. E afirma: “hoje, é a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – que prevalece cada vez mais, mesmo se as lutas contra a dominação e a exploração não desapareceram, muito pelo contrário” (FOUCAULT, 2014a, p. 123-124, *apud* GALLO, 2017, p. 90).

Posto isso, o horizonte da formação técnica integrada, como disposto no Documento Base (2007) e nas Diretrizes Curriculares (2012), comporta essa postura ética e política da liberdade subjetiva e do cuidado de si, uma vez que concebe na educação não somente o aprendizado de um ofício, mas um meio ou caminho para

se atingir os níveis mais elevados da cultura e do conhecimento tecnológico. Por isso, este enfoque na educação pública como veículo de transformação social.

#### 4 À GUIA DE CONCLUSÃO

O presente artigo buscou estabelecer uma aproximação entre a filosofia foucaultiana, associada aos dispositivos de saber, poder e governo, com a realidade federal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse sentido, realizou-se uma análise inicial da proposta de Foucault e suas contribuições à educação, para posteriormente ser construída a abordagem sobre a Educação Profissional e Tecnológica e sua historicidade a luz da ideia foucaultiana de sociedades disciplinares, biopolíticas e da governamentalidade neoliberal. Por fim, chegou-se à uma conclusão de que a EPT, e a ideia de formação integrada e integral, podem ser formatos e experiências de construção possível da ideia de ética e cuidado de si, e cuidado dos outros, para além da normalização disciplinar e de segurança em que o poder e a disciplina aplicada externamente (e internamente) obstaculizam a construção da autonomia do educando.

Importante esclarecer que esse esforço de análise tem limitações próprias de uma reflexão em formato de analogia, uma vez que Foucault pensou em termos mais gerais nos mecanismos disciplinares e biopolíticos de controle. Desse modo, buscamos a mediação de autores vinculados à reflexão sobre a Educação Profissional e Tecnológica para nos trazer subsídios para encaminhar o debate mais próxima da realidade brasileira e, mais especificamente, sobre o projeto da Rede Federal. Deste modo, o movimento de transição das sociedades disciplinares para as sociedades de segurança impõe alterações nos mecanismos de vigilância, mais pulverizados e sofisticados em escala molecular no conhecimento e controle do corpo biológico e populacional. Assim, a preocupação com a ética e o cuidado de si (como prática de liberdade) evidencia-se como tema transversal e campo alternativo de construção de um outro modelo de sociedade e de educação, mais atentos à construção da alteridade por meio de iniciativas de sociedades mais igualitárias. Postulou-se, neste estudo, pensar que Rede Federal e os institutos federais seriam espaços-tempos possíveis para a construção desse porvir da autonomia e da emancipação cidadã do educando diante de uma lógica de exterioridade do poder e de hierarquias rígidas de subordinação e submissão.

Por fim, retomamos o conceito de “heterotopia” lançado por Foucault (2009 [1994]), ou seja, dos espaços diferentes, desses outros lugares, “uma espécie de contestação mítica e real do espaço em que vivemos” (FOUCAULT, 2009 [1994], p. 416). Podem ser chamadas também de heterotopias de desvio aquelas nas quais se localizam os indivíduos cujo comportamento se desvia em relação à média e à norma biopolítica exigida. Podem estar aí situados os educandos e educadores inclassificáveis ou desclassificados pelo sistema atual. Fica, portanto, uma pista para uma pesquisa futura: refletir sobre a espacialização dos sujeitos (educandos e

educadores) vinculados à Rede Federal, pensando-se em um formato educativo que resgate a formação integral e eticamente comprometida com o cuidado de si. Seria isso uma heterotopia de escola e de educação?

## REFERÊNCIAS

- BORDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Afrânio (org.). 16. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**: institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 09 de Julho de 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 20 de dezembro de 2008**: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: 2008. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 20 de Agosto de 2019.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em 10 de abril de 2019.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução: Ingrid Xavier. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho e educação**, Belo Horizonte, v. 3, n.1, p. 187-205, jan./abr. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização: Roberto Machado. 28. ed.. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III**: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Tradução: Inês Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: o cuidado de si. Tradução: Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade e política. Organização: Manoel Barros de Motta. Tradução: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Tradução: Lígia Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1996.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha de ideias na sociedade de classes. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. de 2009.
- GALLO, Sílvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 66, p.77-94, out./dez. 2017.
- GALLO, Sílvio. Repensar a educação: Foucault. **Educação e Realidade**, v. 1, n. 29, p. 79-97, jan./jun. de 2004.
- MINAYO, Maria Cecília S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, ABRASCO, v. 7, n. 3, p. 621-626, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**: Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Brasília: CNE/CEB, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 11 de Julho de 2019.
- MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.
- PROGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, n. 63, p. 179-201, 2004.
- RAMOS, Marise. **História e política da educação profissional**. Curitiba, Paraná. IFPR/EAD, Volume V, 2014.
- REVEL, Judith. **Foucault: conhecimentos essenciais**. São Carlos, São Paulo: Claraluz, 2005.
- SANTOS, Ariovaldo. **Dicionário sindical e do trabalho**. Londrina: EdUEL, 2015.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento crítico à consciência universal**. RJ/SP: Record, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. (SETEC). **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: Documento Base. Brasília: Ministério da Educação, 2007.
- SILVA, Leonardo. Política de educação e território: a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e suas escalas de ação. I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. **Anais [...]** Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 654-655.